

Promotor apura se Sergipe deixou de usar verba federal

Secretaria de Justiça diz que utiliza recursos para abrir vagas em presídios

André Moreira

Antônio Carlos Garcia
DA EQUIPE JC

O promotor de Justiça, Renê Erba, responsável pela Curadoria do Patrimônio Público, deu um prazo de 10 dias para que o secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Benedito Figueiredo, informe se está ou não utilizando recursos do Ministério da Justiça destinados à construção ou reforma de unidades prisionais. O promotor atende a um pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que solicitou a apuração em 11 estados, isso porque, segundo o Departamento Penitenciário Nacional do MJ, 398 contratos foram cancelados ou encerrados em 2011, sendo que o montante devolvido ao órgão por falta de uso soma R\$ 103,384 milhões.

O promotor disse que tomou conhecimento do pedido do CNJ na segunda-feira, mas já instaurou um procedimento administrativo (número 17.13.01.0054) para apuração. "Mande um ofício para o secretário para que ele explique a situação de Sergipe", reforçou Renê Erba. "Se tudo estiver dentro da legalidade, tudo bem. Caso contrário, vou verificar se houve ou não improbidade administrativa", comentou.

Já o secretário Benedito Figueiredo disse que até ontem não havia recebido nenhum documento do promotor Renê Erba e desconhecia a iniciativa do CNJ. Ele adian-



PROMOTOR Renê Erba pede informações à secretário sobre verbas federais

tou, no entanto, que as verbas que recebeu do MJ estão sendo aplicadas corretamente, e, citou como exemplos, a ampliação da Penitenciária de Areia Branca que terá 300 vagas, e a construção de uma unidade prisional em Nossa Senhora do Socorro.

Aprovado

De acordo com a agência de notícias do CNJ, o pedido foi enviado desde a terça-feira passada, dia 21, em ofícios aos procuradores-gerais de Justiça dos Estados de Sergipe, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Tocantins, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Também receberam comunicação os representantes do Ministério Público Federal nesses estados.

O CNJ informa que o envio dos ofícios obedece à decisão aprovada pelo Plenário à instituição no último dia 14, durante a 169ª Sessão do Conselho. De acordo com o acórdão do julgamento do Pedido de Providências 0000461-45.2013.2.00.0000, também foram informados da situação o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

O conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira apresentou voto-vista ao relator original do processo, o ex-conselheiro Tourinho Neto, em que pede a responsabilização das autoridades de 11 governos estaduais que deixaram de usar os recursos federais em

presídios, apesar de o CNJ ter verificado superlotação nos sistemas prisionais dessas unidades da Federação.

"Diante de um cenário tão calamitoso, é incompreensível que tais estados tenham simplesmente abdicado dos recursos federais para melhoria das condições de vida em seus presídios. Penso que, para efetivar a política proposta pelo Depen, é preciso provocar as autoridades para apurar as responsabilidades administrativas e penais pelo desperdício", afirmou o conselheiro.

Durante o julgamento do processo, o presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, mostrou-se espantado com os valores. "Cento e três milhões de reais seguramente resolveriam os problemas de dois ou três estados. Deixariam (o sistema prisional deles) em condições civilizadas, pelo menos. Essa é a informação que obtive na viagem ao Rio Grande do Norte", disse o ministro, que conheceu parte do sistema prisional potiguar em abril.

O Plenário também aprovou o envio de um ofício do CNJ ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) para que o órgão reconsidere as exigências arquitetônicas que faz aos projetos financiados pelo Ministério da Justiça. O objetivo é "facilitar a elaboração de projetos voltados à construção/melhoria de estabelecimentos prisionais", de acordo com o acórdão do julgamento.